

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 17.08.81.

As nove horas do dia dezessete de agosto de hum mil e novecentos e oitenta e hum, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPP, no quarto andar do Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros EVERARDO DA CUNHA LUNA, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, JASON SOARES ALBERGARIA, BENJAMIN MORAES FILHO, ANTONIO ZAPPALÁ, JOSE DANTON DE OLIVEIRA, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e RENÉ ARIEL DOTTI. Aberta a sessão o Senhor Presidente submeteu a ata da 13ª reunião do CNPP ao Colegiado que a aprovou por unanimidade. Prosseguindo, comunicou a justificativa de impedimento que motivou a ausência dos Senhores Conselheiros NABOR CESAR SIQUEIRA e RICARDO ANTUNES ANDREUCCI. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes tramitados no CNPP no período compreendido entre dezesseis de julho a quinze de agosto último, a seguir discriminados: 1) Telex nº 7798 - CNPP recomendando ao DEPEN que constitua grupos interdisciplinares de trabalho, objetivando o estudo do Estatuto Padrão do Pessoal Penitenciário, bem como a caracterização dos elementos da organização penitenciária, para fins de inspeção, pesquisa e identificação de indicadores que norteiam a elaboração de projetos, planos e programas. 2) O CNPP - Em atendimento às Indicações procedentes dos Senhores Conselheiros RICARDO ANTUNES ANDREUCCI e BENJAMIN MORAES FILHO, no sentido de se realizar inspeções nos presídios de São Paulo e Rio de Janeiro, encaminhou expediente ao DEPEN nomeando os Senhores Conselheiros SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, para integrarem a equipe encarregada de inspeções daquele Departamento, com a recomendação de que as mencionadas inspeções sejam de caráter nacional. 3) Encaminhado ao CNPP relatório trimestral das atividades do DEPEN, na atual administração. 4) O Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI encaminhou correspondência ao CNPP informando que em São Paulo, do mês de março até a presente data, proferiu conferências sobre a reforma do Anteprojeto de Código Penal, na Associação dos Advogados Criminais, na Faculdade de Direito da USP, no Centro de Ciências Jurídicas e Administrativas da PUC, na Associação dos Advogados, na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo e na Secretaria de Estado da Saúde - Manicômio Judiciário. Informou ainda que no mesmo período o Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, também proferiu conferências sobre a referida reforma, em São Paulo, na Associação dos Advogados Criminais e na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - Ainda como Diretores da Revista "Ciência Penal" de São Paulo, estão promovendo um número especial dedicado à Reforma Penal, contendo trabalhos de juristas que com ela colaboraram, bem como o texto do Anteprojeto de Código Penal. Encartadas às informações mencionadas, cópias da "MOÇÃO DE COLÂNIA II", aprovando a reforma penal em apreço, ressaltando correções de aprimoramento e, trabalhos de sua autoria intitulados: "FUNDAMENTOS DA REFORMA PENAL" e "A PRETEXTOS DE UMA PESQUISA PENITENCIÁRIA". 5) Do Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, com correspondência informando que proferiu conferências sobre a reforma

penal na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, na Universidade de Santa Úrsula-RJ, no Conselho Superior do Ministério Público-RJ, na Faculdade de Direito de Juiz de Fora-MG e em Lavras-MG. 6) Procedente do Deputado ERASMO DIAS, expediente solicitando informações quanto a situação atual e real do sistema carcerário-penitenciário no âmbito da União e dos Estados. 7) Da Presidência da Caixa Econômica Federal de Brasília, expediente informando sobre a liberação da verba de Cr\$ 1.200.000,00, destinada à confecção de 2.000 pastas para os Congressistas do I CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. 8) Sugestões ao Anteprojeto de Código de Processo Penal recebidas dos diversos Estados da Federação. a) Do Estado de São Paulo, procedente da Promotoria Pública, da Sociedade Brasileira de Direito Criminal, da Associação dos Delegados de Polícia e do Eminentíssimo Jurista e Professor ANDRÉS AUGUSTO BALESTRA. b) Do Estado de Minas Gerais, procedente da Universidade Federal de Uberlândia. c) Do Estado do Rio de Janeiro, procedente da Secretaria de Segurança Pública. d) Do Estado do Rio Grande do Sul, procedente da Associação de Juizes. e) do Estado do Pará, procedente da Justiça Federal de 1ª instância e f) Do Distrito Federal, procedentes do Departamento de Polícia Federal e da Direção Jurídica do Ministério das Relações Exteriores. Ao iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI que cumprimentou o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA pelas observações contidas em sua entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", sobre a crise dos estabelecimentos prisionais e execução da pena. A seguir a palavra foi cedida ao Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI que relatou sobre o conteúdo da solicitação do Deputado MARIO STAMM, indagando sobre o regime penitenciário com base na Lei nº 3.274/57 e encaminhando o Projeto de Lei nº 2.631 - A, de 1980. O Relator em epígrafe lançou o assunto ao plenário e após considerações gerais do Colegiado emitiu o voto que se segue: "O presente Projeto de Lei se insere perfeitamente na linha de preocupações deste Conselho Nacional de Política Penitenciária, já refletidas, aliás, no artigo 76, inciso III, do Anteprojeto da Lei de Execução Penal. Meu voto é no sentido de preliminarmente, reconhecer a importância e atualidade do Projeto e, como consequência imediata, propor uma Resolução a ser editada por este CNPP. Dispõe o artigo 11, incisos II e III do Regimento Interno que o Conselho deliberará sobre "a expedição de atos normativos voltados para a preservação dos direitos da pessoa e da personalidade do indiciado, do acusado, do condenado e do egresso; a fixação de critério supressivo da rejeição social, para que ao egresso não sejam opostos obstáculos a seus propósitos de matrícula escolar, de trabalho, de aprendizagem ou de inscrição em concursos públicos ou privados e de outras atividades lícitas". Da Resolução a ser editada pelo CNPP e fiscalizada pelo DEPEN, deverá constar, necessariamente, o texto do projeto e o nome de seu ilustre autor. Quanto ao mérito, entendo que o texto do projeto constitui, desde logo, sugestão a ser conhecida e eventualmente aproveitada pela Comissão de Revisão do Anteprojeto da Lei de Execução Penal, oficiando-se o ilustre parlamentar Deputado Mário Stamm. Em separado, o projeto de Resolução, redigido por este Relator e pelo Conselheiro Francisco de Assis Serrano Neves. É o meu voto - Sala de Sessões, em 17 de agosto de 1981." assinado RENÉ ARIEL DOTTI. A seguir o Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, com palavras elogiosas comentou a palestra proferida pelo Exmº Senhor Ministro de Estado Justiça, na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais, ocorrida no mês de agosto último, quando mencionou os tópicos principais da reforma dos Anteprojeto de Código de Processo e da Lei de Execução Penal. Naquela oportunidade, em diálogo com o Senhor Presidente do Tribunal de Justiça e com o Meritíssimo Juiz de Execução Criminal daquele Estado, fora informado que aquelas autoridades já estão ni